



Bloco de Esquerda - Programa Orçamental 2014

3 PRIORIDADES CORAJOSAS PARA UM ORÇAMENTO QUE SIRVA AS PESSOAS

O Orçamento de Estado para 2014, proposto por Passos Coelho e Paulo Portas, assenta numa escolha: o corte de salários e pensões. O Governo mantém o “enorme aumento de impostos” de 2013 e a este acrescenta um ataque brutal aos rendimentos de quem trabalha ou já trabalhou. Este ataque não resolve os problemas, é a promessa da existência de um segundo pacote de austeridade.

Não se trata de substituir medidas do lado da “receita” (mais impostos) por cortes nas “despesas” (salários, pensões e serviços públicos). Na realidade este Orçamento mantém o saque fiscal, e a este acrescenta uma política de cortes brutal. Traz um assalto aos salários e às pensões, com o aumento da idade para a reforma, cortes salariais nos salários dos funcionários públicos de 2,5% a 12% acima dos 600€, cortes nas pensões da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e cortes nas pensões de sobrevivência que a partir dos 600€.

No final de 2013 teremos uma taxa de desemprego real que ultrapassará os 20%, a dívida pública superior a 127% do PIB e o país mais pobre. Para além do seu impacto recessivo, é simples de comprovar que a austeridade não serve o propósito da redução do défice.

O Orçamento do Estado para 2014 é um orçamento de escolhas. Através dele o Governo escolhe proteger os grandes grupos económicos e a banca, a quem exige apenas 4% da fatura do “ajustamento”. Para as famílias, os trabalhadores, desempregados e pensionistas, fica 82% do esforço direto e a promessa de menos serviços públicos.

A austeridade falhou e não serve o país: utiliza o défice e a dívida como instrumentos de chantagem para se justificar, porque não existe para os resolver. A escolha do Governo é continuar essa chantagem em 2014.

O Bloco de Esquerda rejeita esta chantagem e apresenta um programa orçamental que assenta no essencial:

- 1) Uma reforma fiscal corajosa e justa
- 2) Salvar os direitos, os salários e as pensões
- 3) Medidas para recuperar a economia e o emprego

Primeira medida: Uma reforma fiscal corajosa e justa

O sistema fiscal português está cada vez mais longe da sua obrigação constitucional de “uma repartição justa dos rendimentos e riqueza”. A proliferação de taxas planas, a redução dos escalões do IRS e a permissividade perante os grandes contribuintes foram algumas das escolhas que tornaram o sistema fiscal mais injusto.

O Bloco de Esquerda apresenta um conjunto de propostas que visa repartir com mais justiça o esforço fiscal e desagravar a carga fiscal sobre os trabalhadores e pensionistas. A Justiça na Economia é a escolha de políticas mais justas, com maior equidade e capazes de combater a recessão.

1º) Imposto sobre as Grandes Fortunas

Este imposto incidirá sobre a riqueza imobiliária, através da criação de uma taxa extraordinária progressiva de IMI, e sobre todas as outras formas de riqueza, com a aplicação de uma contribuição de solidariedade sobre o luxo, também progressiva.

- a) **Taxa extraordinária de IMI** sobre a grande propriedade imobiliária (com valor superior a meio milhão de euros), adicional à taxa em vigor, entre 0,5% e 1%;
- b) **Contribuição de Solidariedade sobre o Luxo** incidindo sobre as outras formas de riqueza, mobiliária e patrimonial, progressiva entre 0,5% e 3%.

A receita proveniente deste novo imposto será superior a 1.000M€ e ajudará a uma distribuição mais justa da carga fiscal na sociedade.

2º) Renegociação urgente da dívida pública

O maior agregado da despesa pública para 2014 prende-se com o pagamento de juros sobre a dívida pública. O valor deste agregado não tem parado de subir e, para 2014, o Governo prevê um pagamento de 7.323M€.

Para acabar com a destruição do tecido económico e social português, o Bloco de Esquerda propõe:

- a) Início imediato de um processo de renegociação da dívida pública com os credores privados e oficiais, tendo em vista a aplicação de regras de sustentabilidade no pagamento da dívida pública, indexando o seu pagamento ao crescimento da economia e das exportações.
- b) Moratória sobre o pagamento de juros.
- c) Fim da isenção de imposto sobre o rendimento obtido com Obrigações ou Bilhetes do Tesouro concedida a investidores não residentes e instituições financeiras, permitindo um encaixe de 1,1 mil milhões de euros em 2014 e de 8,8 mil milhões de euros até 2020.
- d) Garantia de manutenção das condições dos detentores de certificados de aforro e certificados do tesouro.

3º) Combate às rendas das PPP

As Parcerias Público-Privadas (PPP) continuam intocadas nos seus benefícios. O Governo prometeu cortar nas PPP, mas foi incapaz de colocar um travão nas rendas abusivas das PPP e nas rentabilidades escandalosas pagas aos seus acionistas. **A proposta do Governo é que em 2014 os encargos com as PPP atinjam os 1.645M€, mais 776M€ do que em 2013.** O aumento deste encargo é superior ao corte que o Governo quer fazer a 302 mil aposentados da CGA (728M€).

O Bloco propõe duas medidas essenciais:

- a) **Regresso dos hospitais PPP à gestão pública.**
- b) **Resgate público das PPP rodoviárias ex-SCUT**

Com estas propostas será possível eliminar o custo com as PPP para o ano de 2014, acabando com o saque que está a ser feito às pessoas por esta via. O Estado ficará o gestor destas infraestruturas, podendo construir políticas públicas que fomentem ganhos de competitividade e combatendo as assimetrias regionais.

O resgate público das PPP será realizado assumindo o Estado os encargos bancários e a propriedade das infraestruturas e das concessões. Esta escolha terá encargos suaves repartidos no tempo, passando o Estado a poder recorrer ao remanescente dos 12 mil milhões previstos para o sistema financeiro, recuperando em dez anos o investimento atual e garantindo uma redução drástica nos custos anuais destas estruturas nos próximos anos. **A poupança em 2014 será superior a 1.645M€.**

4º) Taxa extraordinária sobre os lucros milionários

Em 2012, estima-se em 14.963M€ os rendimentos distribuídos aos grandes acionistas pelas empresas. Como é possível confirmar no quadro seguinte, apesar do volume de dividendos distribuídos ter reduzido no período de crise, mais do que duplicou ao longo de uma década.

Quadro 1: Rendimentos Distribuídos das Sociedades

	2001	2010	2011	2012 (P)
Rendimentos Distribuídos das Sociedades (M€)	7.484	17.957	16.985	14.963

Fonte: INE, Contas Nacionais

Como é conhecido, a distribuição de um grande volume destes dividendos acontece a um número muito diminuto de acionistas. Para além disso, cerca de um terço desses dividendos não são sequer tributados em território nacional devido à permissividade do nosso sistema tributário, algo que a reforma do IRC proposta pelo governo se propõe ainda a agravar.

Como é também conhecido, as características da economia portuguesa dão conta de algumas grandes empresas que concentram o pagamento do IRC, mas também concentram atividades que vivem de rendas abusivas que retiram competitividade à economia. O quadro seguinte demonstra esta realidade.

Quadro 2: Caracterização da receita de IRC

Escalões de Volumes de Negócios (m€)	Nº declarações (N.º)	Matéria coletável (M€)	IRC liquidado (2011 – M€)
Outros	93165	308	64
1 a 150	200760	835	113
150 a 500	71756	942	147
500 a 1000	22317	611	106
1000 a 1500	9152	434	81
1500 a 2500	8149	569	112
2500 a 5000	6542	854	172
5000 a 12500	4466	1298	268
12500 a 25000	1603	1082	229
25000 a 75000	1120	1714	361
75000 a 250000	376	1449	304
mais de 250000	140	3873	854
TOTAIS	419.546	13.969	2.812

F: relatórios do MF

Por outro lado, as grandes empresas detêm ainda uma enorme capacidade de recorrerem a complexos esquemas financeiros para fugirem ao pagamento de impostos. Essa permissividade do sistema do IRC deve ser eliminada, exigindo um esforço extraordinária aos que, durante anos, beneficiaram de regimes de exceção e de benefícios fiscais que promovem a engenharia financeira. Assim, o Bloco de Esquerda propõe:

- Criação de uma taxa extraordinária (10%) sobre os lucros distribuídos a acionistas que detenham uma participação superior a 1% no capital da empresa.**
- Criação de uma sobretaxa de IRC (10%) sobre os lucros das empresas superiores a 12,5M€.**
- Eliminação das deduções concedidas aos grandes grupos económicos na distribuição de dividendos para o exterior.**

A expectativa de receita com a **aplicação concertada destas propostas poderá atingir os 2.100 M€.**

5º) Contra o saque, mais justiça fiscal

A alteração dos escalões de IRS realizada em 2013 e a introdução da sobretaxa de IRS promoveram um saque fiscal de 2.900M€, tornando o IRS num imposto mais injusto e com menor progressividade.

O Bloco de Esquerda propõe a eliminação das alterações realizadas em 2013, colocando um ponto final neste saque fiscal. A consequência económica desta proposta levará a um crescimento da economia, gerando mais emprego e, conseqüentemente, um retorno positivo para as contas públicas. De uma forma conservadora, esperando uma propensão marginal ao consumo de 60%, o fim do saque fiscal permitiria um aumento do consumo em 1.740M€, o que teria um impacto positivo superior a 1% do PIB no aumento do consumo, com claras repercussões positivas na economia.

O Bloco de Esquerda propõe ainda uma reforma do IRS para o sistema ser completamente progressivo, mais simples, justo e verificável. Todos os rendimentos pessoais passam a ser englobados e taxados de forma progressiva, anulando assim uma floresta de regras e exceções que só favorecem os grandes rendimentos de propriedade: além dos salários, todas as mais-valias, juros, dividendos e rendas são englobados no IRS.

Deste modo, os proprietários imobiliários ou os detentores de depósitos a prazo, por exemplo, serão taxados de forma mais justa, porque quem recebe um valor baixo em rendas ou juros poderá pagar um IRS de 11,5% (a que só recorre se tiver informação plena sobre a possibilidade atual de englobamento), enquanto quem recebe muito pode vir a pagar 48%. Assim, o englobamento passa a ser obrigatório, garantindo a todos os contribuintes que paga mais, quem mais rendimentos tem, melhorando a justiça fiscal.

Com esta alteração ao sistema, **a receita do IRS pode aumentar em 400 M€**, cumprindo-se a Constituição que assim o determina e que tem sido sempre ignorada.

6º) Combate à evasão fiscal e aos benefícios indevidos

A estimativa para economia não registada em 2012 dá conta de valores extremamente elevados: 26,7% do PIB (muito acima da média da OCDE – 16,4%). O combate à evasão fiscal é, por isso, uma das urgências nacionais. A cada ponto percentual de redução da economia não registada poderemos esperar um incremento da receita fiscal superior a 350M€. Este é o desafio que temos para cumprir. Assim, o Bloco de Esquerda propõe:

- a) **Levantamento do sigilo bancário para combate à economia não registada**
- b) **Reforço da atividade da Autoridade Tributária no combate e fiscalização às práticas de planeamento fiscal.**

A receita esperada da aplicação destas propostas deverá ter como meta, avaliada trimestralmente, de redução anual de 2 pontos percentuais da economia não registada, **permitindo um incremento da receita fiscal em 2014 de 700 M€**.

7º) Taxa marginal sobre as transações financeiras

Propomos a criação de uma nova taxa, de 0,3%, a aplicar às transações financeiras. Como é possível identificar no quadro seguinte, tendo em conta dados de 2012, e se esta taxa incidisse sobre todas as transações em instrumentos financeiros, o seu rendimento fiscal seria de 2.241,6M€.

Se se excetuarem as compras e vendas de títulos da dívida pública no mercado primário, para manter o incentivo à sua negociação, e admitindo ainda os efeitos recessivos acumulados em 2013, **a receita fiscal desta medida poderá atingir os 1.100 milhões**. Para reforço da efetividade desta proposta, terá de ser implementada a obrigatoriedade de registo de movimentos de capitais.

Quadro 3: valor das transações financeiras em 2012

Ações	Títulos de dívida pública e privada	Outros	Futuros	Opções	Outros derivados	Total
50.123,2	488.269,3	94.727,4	94.858,4	8.963,8	10.246,9	747.189,0

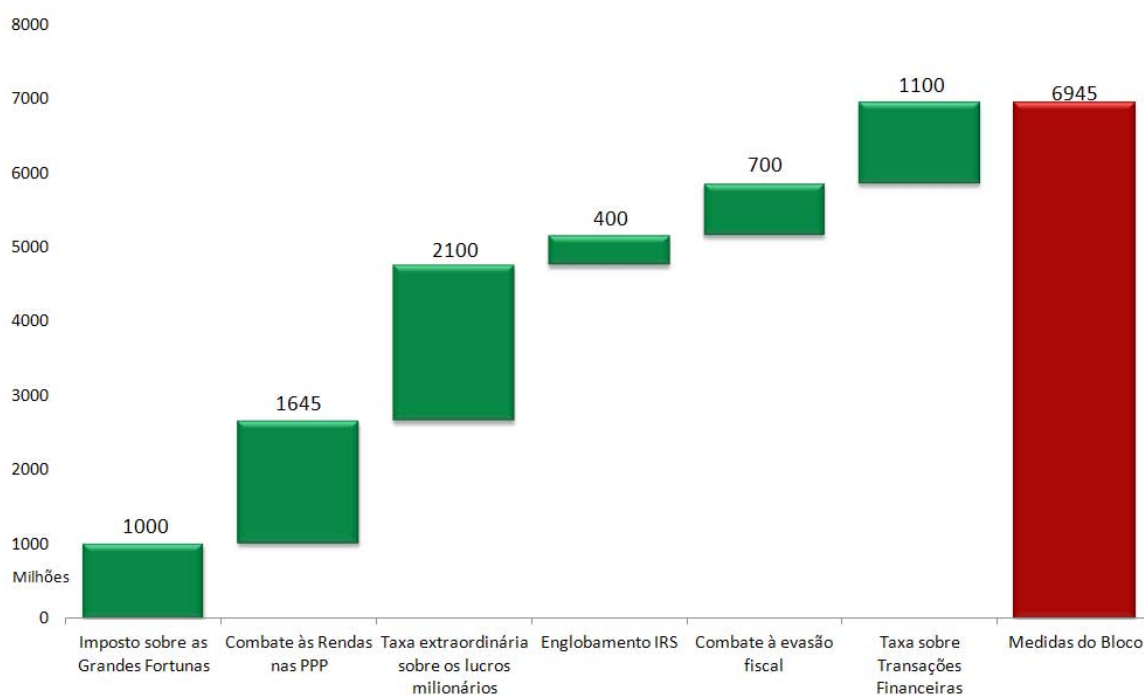
Fonte: CMVM

8º) Eliminação dos benefícios abusivos no IMI

Propomos a extinção das isenções que permitem ao Estado, a Igrejas, à banca, a fundos imobiliários, a colégios particulares, a instituições desportivas profissionais e a outras não pagarem IMI. Se, no caso da cobrança ao Estado, se trata unicamente de uma forma de transferência do Estado central para os municípios, no caso da tributação das outras instituições em IMI com o fim de isenções trata-se de novas receitas que são devidas em período de grave crise social e de pobreza generalizada.

Em 2013, estava previsto que estas isenções custassem 851 milhões de euros. Contudo, face à ausência de informação relevante no Relatório do Orçamento de Estado para 2014, é impossível contabilizar o efeito deste proposta.

Gráfico 1: Efeito comparativo das medidas propostas pelo Bloco. É possível reduzir o défice sem cortar salários e pensões



Quadro 4: Resumo das propostas do Bloco de Esquerda

Propostas do Bloco de Esquerda	Impacto no défice
Imposto sobre as grandes fortunas	1 000 M€
Combate às rendas das PPP	1 645 M€
Taxa extraordinária sobre os lucros milionários	2 100 M€
Englobamento IRS	400 M€
Combate à evasão fiscal	700 M€
Taxa sobre transações financeiras	1 100 M€
Renegociação da dívida pública	Envolve um agregado na despesa que poderá chegar à poupança de 7 323 M€ em 2014
Eliminação dos benefícios abusivos no IMI	Informação insuficiente para o cálculo do impacto na receita

Segunda medida: Salvar os direitos, os salários e as pensões

O Governo promove um brutal ataque aos rendimentos do trabalho. Depois de, em 2013, ter retirado mais de um mês de salário da generalidade dos trabalhadores através de um “enorme aumento de impostos”, agora assume pretende cortar diretamente nos salários e nas pensões, em claro confronto com a Constituição.

Em 2014 o Governo pretende cortar salários e pensões num montante de 2.211 M€, superior a 1,3% do PIB. Esta é a brutalidade de uma escolha que impõe 82% das medidas de “consolidação orçamental” como ataque rendimentos do trabalho.

Um corte de 1,3% do PIB nos rendimentos das famílias tem claros efeitos na economia. A par destes cortes, o Governo prevê ainda reduzir o Consumo Público em 2,8% do PIB. Estas escolhas dificultam a retoma económica, alimentando o círculo vicioso da austeridade.

A pretensão do Governo sempre foi a da redução dos salários e das pensões, particularmente da função pública. Por isso mesmo, nos dois Orçamentos de Estado anteriores o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a redução salarial através do corte dos subsídios. Não contente, o Governo insiste com novas propostas de cortes.

O Bloco de Esquerda rejeita os cortes de salários e pensões propostos pelo Governo e defenderá os direitos de quem trabalha ou já trabalhou.

O Governo aposta no empobrecimento do país e ataca os salários com esse objetivo. Este é um caminho errado que prejudica os trabalhadores e enfraquece a economia.

Em Portugal existem mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores/as pobres. Em parte, esta situação é consequência da desvalorização do salário mínimo (SMN) que desde 2011 se encontra congelado nos 485€, mesmo tendo sido acordado entre o Governo e confederações sindicais e patronais que o SMN atingiria os 500€ em 2010.

O salário mínimo nacional, auferido por mais de meio milhão de trabalhadores, está 160 euros abaixo do recebido no Estado Espanhol e representa apenas 57% da média europeia. Apesar da propaganda do Governo sobre os efeitos virtuosos de um salário mínimo de miséria no mercado de trabalho, o valor demasiado baixo do SMN tem vindo a pressionar uma baixa generalizada dos salários sem que isso tenha tido alguma repercussão positiva nos números do desemprego.

Tendo em conta que o motor da economia portuguesa é, na verdade, a procura interna, verifica-se que o cancelamento da subida do SMN, que significaria um acréscimo de custos marginal na estrutura de custos de qualquer empresa (muito mais penalizadas pelos custos de contexto como os combustíveis ou a energia), apenas promove a recessão e o desemprego.

Aliás, do ponto de vista estritamente económico, é sabido que um pequeno aumento no ganho de um trabalhador com menores rendimentos tem impacto direto na economia, visto que todo esse aumento de rendimento é utilizado em bens e serviços que criam emprego.

Acresce aos argumentos económicos uma razão de justiça social e de Direitos Humanos perante um SMN que já não garante aos/às trabalhadores/as que o auferem um rendimento justo nem uma vida em

condições de dignidade humana.

Assim, o Bloco propõe medidas fortes em defesa de salários justos e de emprego com direitos.

- a) **Aumento do Salário Mínimo Nacional para 545€;**
- b) Em caso de **deslocalização** total ou parcial, a empresa fica obrigada a pagar o equivalente à totalidade da TSU de cada trabalhador, durante três anos, seguindo uma medida semelhante adotada na Alemanha;
- c) **O valor da TSU pago pela entidade patronal será elevado em 3% nos casos de empresas de capital-intensivo**, que criam pouco emprego apesar de absorverem resultados gerados pela intermediação no conjunto da economia, como sejam as empresas financeiras;
- d) excecionalmente em 2014, **os prazos de garantia para os subsídios de desemprego e social de desemprego são reduzidos para metade.**

Este conjunto de propostas, com reduzido impacto orçamental, permitirá alcançar a dignidade no trabalho, a proteção de emprego com direitos e a salvaguarda dos abusos laborais.

Terceira medida: Recuperar a economia e o emprego

A economia portuguesa sofre de dois tipos de problemas. Problemas de ordem conjuntural, relacionadas com a crise atual, e problemas de ordem estrutural, o resultado de décadas de política económica à deriva.

Para combater estes problemas, a estratégia do Governo centra-se em três políticas chave: austeridade para lidar com a crise, compressão salarial e políticas de desregulamentação para “reestruturar” a economia portuguesa. Todas estão erradas.

A recessão em Portugal está intimamente relacionada com uma queda brutal do consumo e investimento internos, que não foi, nem poderá ser, compensada pelo aumento das exportações. Entre outras razões, porque a estrutura do sector exportador continua intimamente ligada e dependente das importações, anulando o seu efeito no PIB e colocando fortes pressões sobre o saldo da balança comercial.

Por outro lado, os problemas estruturais da economia portuguesa não têm qualquer relação ao elevado nível salarial, pelo contrário. São fruto de uma estrutura produtiva assente em mão de obra pouco qualificada, com baixos salários, e de um enviesamento que favorece as atividades não transacionáveis: serviços financeiros, exploração de obras públicas, redes energéticas, telecomunicações, retalho, etc. O fruto de uma aliança entre os vários governos passados e os grandes grupos económicos, que se aliaram para investir nestes sectores de rendas garantidas, na maior parte das vezes através da privatização de monopólios naturais.

Para combater estes problemas é preciso uma estratégia clara, um novo rumo.

No curto prazo, é urgente garantir a recuperação da procura interna: investimento e consumo. Este esforço deve ser complementado com uma política agressiva de investimento público direcionada para a criação de emprego. Segundo o último Inquérito ao Investimento do INE, as empresas portuguesas apontam como principais dificuldades ao investimento i) as más perspectivas de vendas; e ii) dificuldades de acesso a financiamento. A defesa dos salários e das pensões ajudará à dinamização da procura na economia. Mas, é preciso dar um impulso ao investimento e resolver os problemas no acesso ao financiamento para que se comece a recuperar a economia mais rapidamente.

1.º) Financiar a economia

A banca privada está a receber injeções de liquidez do Banco Central Europeu a uma taxa de 1%, e fundos de recapitalização por parte do Estado, mas não garante o financiamento da economia.

Apesar de todo o dinheiro público investido para que a banca cumpra o seu papel, os *spreads* de financiamento às empresas mantêm-se a níveis historicamente altos, em muitos casos acima dos 10%. A banca está a reter toda a liquidez que devia ser injetada na economia.

O governo tem até agora sido um espectador passivo desta situação. Do fundo de recapitalização de 12 000 milhões, 5 600 milhões foram já emprestados a três bancos privados, sem contrapartidas significativas. Pelos vários milhares de milhão entregues, o BCP, o BANIF e o BPI comprometeram-se apenas a conceder crédito no valor de 100 milhões, sem que o Estado tenha qualquer poder para definir as condições e direção do mesmo.

Financiamento da economia, assim como a estabilidade financeira, é uma necessidade pública. Perante a incapacidade da banca privada em assegurá-la, esta deve ser garantida por políticas públicas. O Bloco de Esquerda propõe:

- i) **A utilização do remanescente do fundo de recapitalização (6,4 mil milhões de euros) para financiar as empresas portuguesas.** A gestão e atribuição desses fundos deverá ser, na íntegra, assegurada pela Caixa Geral de Depósitos;
- ii) **O direcionamento das atividades e estrutura da CGD para a área do desenvolvimento económico.**
- iii) Obrigação de **reais contrapartidas na atribuição de fundos públicos à banca privada.** Para além de um plano detalhado de concessão de crédito à atividade produtiva, o governo deve assegurar a manutenção de administradores executivos durante todo o período de vigência da intervenção.
- iv) **A limitação dos *spreads*** a cobrar relativamente a 20% da média da zona euro, para empresas dentro do mesmo perfil de risco.

2.º) Reabilitação Urbana: investimento público em emprego

A construção civil tem sido um dos sectores particularmente afetados pela atual crise, e o desemprego no sector atingia em Janeiro de 2013 cerca de 110 mil trabalhadores, mais 20 desempregados. Existe no entanto em Portugal a necessidade de investir em reabilitação urbana, e desta forma reconverter uma área onde as falências e o desemprego alastram.

Existem cerca de 1 milhão fogos (2011) a necessitar reparações, e 226 mil fogos muito degradados (27%) ou a precisar de grandes reparações (11%). É urgente reabilitar estes fogos e colocá-los disponíveis para habitação. Segundo os últimos dados disponíveis no Censo de 2001, apenas 34,1% (185.509 fogos) do total dos alojamentos vagos estariam no mercado de venda ou arrendamento, o que significa que os restantes estarão a degradar-se e a especular o preço das habitações, diminuindo o rendimento disponível das famílias.

Ao mesmo tempo que se encontram habitações vagas, e famílias são obrigadas a entregar as suas casa aos bancos e permanece uma imensidão de fogos devolutos, as carências habitacionais permanecem graves. A sobrelotação atinge 12% dos alojamentos e vai até aos 16% nos Açores e 22% na Madeira (2011).

Propomos,

- i) Programa de Apoio à Reabilitação Urbana (PARU) para recuperação de 200 mil habitações até 2015, com o recurso a mecanismos de financiamento comunitário, nacional e apoio a particulares e Câmaras Municipais nas suas responsabilidades de reabilitação do edificado.
- ii) Na sua componente nacional, o PARU deverá ser financiado através das receitas do agravamento de IMI sobre prédios devolutos na posse de fundos de investimento.
- iii) Criação de uma Bolsa de Arrendamento que integre as casas reabilitadas e que garanta a oferta de habitações a custos controlados. Para além de ser contrapartida social que os proprietários dos imóveis dão por beneficiarem de apoios públicos para cumprirem o seu dever legal de reabilitação, permite ainda a recuperação do investimento público realizado de forma gradual e compatível com a capacidade financeira dos beneficiários.

3.º) Uma política fiscal para a economia e não para o planeamento

O IVA é um dos impostos mais injustos, porque pesa mais sobre quem menos tem. Adicionalmente é hoje uma forte penalização sobre importantes sectores da economia.

No sector da restauração, estima-se que o aumento deste imposto tenha levado 21 mil estabelecimentos à falência e contribuído para a destruição de 50 mil postos de trabalho.

Por outro lado, o IVA sobre a energia continua a agravar os custos de contexto enfrentados pelas empresas portuguesas. O Bloco de Esquerda propõe:

- i) Redução do IVA da restauração para 13%;**
- ii) Redução do IVA aplicado sobre a eletricidade e o gás para 6%.**

Por outro lado, o IRC tem também um potencial de incentivo económico, que se distancia em muito dos benefícios às atividades financeiras e de gestão de participações:

- i) Re-introdução dos incentivos para combater a interioridade;**
- ii) Re-introdução dos incentivos à criação de emprego.**